



ARTIGO
DOI: 10.5216/rppoi.v21.74622
EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: DESAFIOS NA PERSPECTIVA DOCENTE

SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION: CHALLENGES FROM THE TEACHING PERSPECTIVE

EDUCACIÓN ESPECIAL E INCLUSIVA: RETOS DESDE LA PERSPECTIVA DEL PROFESOR

Bárbara Heloísy Costa Lima¹ - <https://orcid.org/0009-0008-8427-5306>

Emilly Leticia de Souza Medeiros² - <https://orcid.org/0009-0009-2498-2364>

Thaimilly Gabrielly Araújo de Oliveira³ - <https://orcid.org/0009-0002-0375-4214>

Resumo

Nosso trabalho tem como objetivo examinar os desafios associados à educação especial dentro de uma abordagem inclusiva. Especificamente, analisamos o papel do educador nesse contexto, considerando o pano de fundo histórico e político que moldou essa modalidade de ensino. A pesquisa, de caráter qualitativo, se baseia em uma revisão da literatura, concentrando-se na análise das dificuldades enfrentadas na formação de professores para o ensino especializado voltado a indivíduos com deficiência. Historicamente, esses indivíduos foram privados de seus direitos, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação. Concluímos que, apesar das regulamentações direcionadas à educação especial e dos progressos alcançados no que tange à integração das pessoas com necessidades específicas, persistem numerosos desafios nesse processo inclusivo, motivados por diversas razões. Os docentes, mesmo com a oferta de formação contínua, deparam-se com obstáculos na criação de um ambiente escolar que efetivamente promova a inclusão e facilite a aprendizagem.

Palavras-chave: Educação especial. Formação docente. Inclusão. Acesso à educação.

¹Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Pedagogia (SESU/MEC). E-mail: barbaraheloisy01@gmail.com

²Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Pedagogia (SESU/MEC). E-mail: medeirose25@gmail.com

³Graduanda do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Pedagogia (SESu/MEC); Integrante do projeto de extensão Quarta Cinematográfica (UERN).E-mail: thaimillygabrielly004@gmail.com

Abstract

Our work aims to examine the challenges associated with special education within an inclusive approach. Specifically, we analyze the role of educators in this context, considering the historical and political background that has shaped this form of teaching. The qualitative research is based on a literature review, focusing on the analysis of difficulties encountered in the training of teachers for specialized education aimed at individuals with disabilities. Historically, these individuals have been deprived of their rights, especially regarding access to education. We conclude that, despite regulations directed towards special education and progress made in the integration of individuals with specific needs, numerous challenges persist in this inclusive process, motivated by various reasons. Teachers, even with the provision of ongoing training, face obstacles in creating a school environment that effectively promotes inclusion and facilitates learning.

Keywords: Special education. Teacher training. Inclusion. Access to education.

Resumen

Nuestro trabajo pretende examinar los retos asociados a la educación especial dentro de un enfoque inclusivo. En concreto, analizamos el papel del educador en este contexto, considerando los antecedentes históricos y políticos que han configurado esta forma de educación. La investigación, de carácter cualitativo, se basa en una revisión de la literatura, centrándose en el análisis de las dificultades a las que se enfrenta la formación de profesores para la enseñanza especializada dirigida a personas con discapacidad. Históricamente, estas personas se han visto privadas de sus derechos, especialmente en lo que respecta al acceso a la educación. Concluimos que, a pesar de las normativas dirigidas a la enseñanza especializada y de los avances realizados en materia de integración de las personas con necesidades específicas, persisten numerosos desafíos en este proceso inclusivo, por diversas razones. Incluso con la provisión de formación continua, los profesores se enfrentan a obstáculos para crear un entorno escolar que promueva eficazmente la inclusión y facilite el aprendizaje.

Palabras clave: Educación especial. Formación del profesorado. Inclusión. Acceso a la educación.

Data de submissão: 30/08/2023

Data de aceite: 26/10/2023

Introdução

O presente estudo, fundamentado em uma revisão de literatura, tem o objetivo de discutir a modalidade da educação especial sob a óptica da educação inclusiva no Brasil, tomando como base o seu contexto histórico e social de segregação, exclusão, marginalização e capacíssimo das pessoas com necessidades escolares especiais, focando nos desafios para a capacitação do

docente na quebra desse paradigma no sistema educacional brasileiro.

A educação especial nacional, se constrói em um contexto de muitas lutas e embates, no qual as pessoas com deficiência enfrentaram uma série de desafios e preconceitos, fazendo parte de grupos minoritários, para que hoje tivessem os seus direitos sociais respeitados. No que tange a educação, as pessoas com necessidades educacionais especiais, eram taxadas de "anormais" e por muito tempo foram

segregadas do ensino, visto que, o atendimento educacional no país era realizado de forma assistencialista por instituições filantrópicas financiadas pelo governo, com estratégias pedagógicas, currículos e conteúdos escolares diferentes embates, o cenário de exclusão foi se modificando e o Brasil passou a implementar políticas educacionais com foco na inclusão das pessoas com deficiência, visando o acesso à educação e universalização do ensino (Furtado, Gomes e Castro, 2022).

Diante desse panorama, ainda segundo Furtado, Gomes e Castro (2022), é possível perceber a relevância da educação especial sendo trabalhada na perspectiva da educação inclusiva, justamente por ser uma ação política, social e pedagógica, que garante o direito à educação para todos, sem qualquer tipo de exclusão. Nesse sentido, destaca-se o papel do docente diante da prática pedagógica na perspectiva inclusiva, para a capacitação voltada ao Atendimento Educacional Especializado, visando o desenvolvimento do educando, a partir de suas necessidades escolares especiais. Entretanto, ainda hoje, alguns contratempos são identificados em meio a docência, no que se refere a falta de capacitação e formação continuada para o atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais, o que acabam comprometendo a garantia do direito à educação para essas pessoas e corrobora ainda mais para o cenário de exclusão.

Contudo, as reflexões apresentadas ao longo desse artigo, serão pautadas a partir de uma breve contextualização histórica em torno da educação especial e da inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino brasileiro, elencando questões imprescindíveis como o direito à educação, o capacitismo, a história da educação inclusiva e os desafios que cercam a prática e formação docente, principalmente para atuação em sala de aula, além de destacar brevemente a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o

desenvolvimento do aluno. O estudo visa destacar a importância de uma formação docente, que fundamenta-se na inclusão, valorizando a aprendizagem e o respeito.

Metodologia

Como aspecto metodológico, o presente trabalho adota uma abordagem qualitativa, empregando uma combinação de recursos provenientes da pesquisa bibliográfica e documental. Com o intuito de embasar a discussão, foram conduzidos levantamentos abrangendo artigos científicos, livros e estudos presentes na base de dados do Google Acadêmico. Adicionalmente, além dessas fontes, foram decorrentes de estudos institucionais, entre outras referências pertinentes, nas áreas de inclusão, a formação docente e suas dificuldades, direito à educação e as leis que a regem. Após a etapa inicial de levantamento, procedeu-se à análise preliminar dos títulos e resumos, com o propósito de selecionar de maneira criteriosa os trabalhos que seriam objeto de análise aprofundada. Uma vez estabelecida a seleção dos estudos mais relevantes, realizou-se uma leitura minuciosa e completa dos respectivos textos. E estas leituras e análises, deram como resultado o presente trabalho.

Resultados e Discussões

Educação como direito

A educação é um dos direitos garantidos, para toda a população do Brasil, pela Constituição Federal, no Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

É evidente que a educação tem um sentido de formação de cidadania, e é através

dela que o indivíduo irá se desenvolver como ser social, ajudando a compreender e o inserir em espaços de trabalho, e em espaços sociais, econômicos e políticos. Além disso, a educação é um fator indispensável na luta por melhores condições sociais, já que ela é responsável por socializações que ajudam a formar gerações mais iguais e menos injustas. (Cury, 2002)

Apesar disso, pode acontecer desses direitos conflitarem com as condições sociais, e que haja uma dificuldade na garantia, diante da desigualdade do país. Isso ocorre pois, muitos governos não possuem a capacidade de desenvolver regimes políticos que reduzam essa discriminação, e alguns grupos menos favorecidos, acabam não tendo acesso a alguns direitos, que por lei, deveriam ser garantidos a eles.

Pessoas com deficiências são um dos grupos mais afetados nesse quesito. Mesmo que tenhamos políticas nacionais que defendem o direito dessas pessoas no ambiente escolar, em muitos casos, a permanência na escola não acontece por não acessibilidade para comportar uma pessoa com limitações e a escola não se esforça para socializar este indivíduo na sua turma.

Não basta somente garantir que o direito esteja prescrito em lei, devemos ter sempre uma atenção para nos ater se eles estão sendo cumpridos na prática. Principalmente quando se trata do direito à educação, que é algo tão essencial para a formação de um indivíduo. De acordo com Marshall, “a educação é um pré-requisito necessário da liberdade civil”, ou seja, a educação é necessária para a garantia de outros direitos também.

A educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania, e, quando o Estado garante que todas as crianças serão educadas, este tem em mente, sem sombra de dúvida, as exigências e a natureza da cidadania. Está tentando estimular o desenvolvimento de cidadãos em formação. O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno

porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não como o direito da criança frequentar a escola, mas como o direito do cidadão adulto ter sido educado. (p. 73)

Indiscutivelmente, a promoção da inclusão no ambiente escolar é uma necessidade imperativa. A despeito do direito universal à educação, certos grupos enfrentam dificuldades em obter acesso ou se manter na escola. Entre esses, indivíduos com deficiências são particularmente vulneráveis. Embora Políticas Nacionais defendam seus direitos educacionais, a realidade muitas vezes não reflete esses princípios. A falta de professores capacitados, infraestrutura inadequada e a ausência de esforços para a integração desses alunos minam sua permanência.

Portanto, além de garantir a inclusão no discurso, as Políticas Públicas precisam traduzir esses princípios em ações concretas. A mera presença de diretrizes legais não é suficiente; é crucial assegurar a efetiva implementação dessas políticas na prática. O compromisso com a inclusão vai além da formalidade jurídica, demandando um comprometimento constante para avaliar e garantir que esses direitos se concretizem para todos os alunos, independentemente de suas limitações. Em síntese, a inclusão no ambiente escolar não é apenas um mandato legal, mas um imperativo moral e social que exige esforços contínuos para superar obstáculos e criar um ambiente educacional genuinamente acessível e enriquecedor para todos.

A inclusão de pessoas com deficiência

Capacitismo

De acordo com o Dicio⁴, o capacitismo é definido como: “Discriminação e preconceito direcionados a pessoas com deficiência (PcD), podem se efetivar através do discurso de que essas pessoas são anormais ou incapazes”. Esse era o discurso usado para excluir pessoas com deficiência do ambiente escolar, afirmando que estas iriam atrasar os outros estudantes, por isso, esse grupo foi separado em escolas ou classes especiais para que não se misturasse com os demais.

Mesmo que nos dias de hoje existam leis criadas para quebrar esses preconceitos, ainda há uma imensa discriminação contra esta minoria, que acabam não conseguindo ocupar determinados espaços, devido principalmente a falta de acessibilidade nesses lugares. Um exemplo disso são as instituições de ensino, que historicamente provocaram uma grande trajetória de exclusão desse grupo, e por conta disso, mesmo nos dias de hoje as escolas não estão preparadas para receber pessoas com deficiências, que requerem ações diferenciadas.

Diante desse cenário, a educação inclusiva tem se fortalecido cada vez mais, por ter como objetivo oferecer a essa minoria condições apropriadas para se desenvolverem socialmente. A educação inclusiva propõe uma reorganização nos sistemas de ensino, para que o direito à educação seja realmente

garantido a todas as pessoas, e que estas possam se sentir acolhidas, e acima de tudo, valorizadas. Para que isso aconteça, será necessário mudanças estruturais, econômicas, pedagógicas, e de recursos humanos, e só assim, a escola irá cumprir com o seu verdadeiro papel social (Carneiro, 2012).

Em nossa sociedade, ainda há momentos de séria rejeição ao outro, ao diferente, impedindo-o de sentir-se, de perceber-se e de respeitar-se como pessoa. A educação ao adotar a diretriz inclusiva no exercício de seu papel socializador e pedagógico, busca estabelecer relações pessoais e sociais de solidariedade, sem máscaras, refletindo um dos tópicos mais importantes para a humanidade, uma das maiores conquistas de dimensionamento "ad intra" e "ad extra" do ser e da abertura para o mundo e para o outro. Essa abertura, solidária e sem preconceitos, poderá fazer com que todos percebam-se como dignos e iguais na vida social (Brasil, 2001, p. 25)

Então é esperado que, uma escola inclusiva seja capaz de fornecer para todos os alunos, incluindo alunos com deficiência, processos de ensino e aprendizagem, que os façam crescer como indivíduos, e os preparem para a vida em sociedade. Isso é importante para que todos possam ter oportunidades igualitárias em todos os âmbitos da vida, seja no mercado de trabalho, ou em sua vida social, política, econômica, entre outros (Carneiro, 2012).

Breve histórico da educação especial e inclusiva

Embora, hoje, a Constituição Federal garanta o direito a uma educação inclusiva onde todos podem usufruir do ambiente escolar, é válido ressaltar que nem sempre foi assim. A história da inclusão de pessoas deficientes na sociedade, e especificamente no âmbito educacional, foi marcada por muita exclusão e segregação. O

⁴Também conhecido como dicionário on-line de português, o DICIO é um *website* onde é disponibilizado gratuitamente as definições, classificações gramaticais, sinônimos e antônimos de uma palavra. É considerado o maior e mais completo dicionário on-line de português contemporâneo.

conceito de educação inclusiva é muito novo se considerarmos todo o tempo que pessoas com deficiência foram marginalizadas e impedidas de usufruir de oportunidades educacionais disponibilizadas a outras pessoas. As primeiras instituições voltadas às pessoas com deficiências surgiram no início do século XX, lá elas eram internadas e passavam toda a sua vida. Eram oferecidos alguns tratamentos e práticas educacionais, porém, o objetivo nunca foi inserir essas pessoas no convívio social, e sim, separá-las do resto da sociedade (Corrêa, 2021).

Para Furtado, Gomes e Castro (2022), nas últimas décadas, diversos avanços foram identificados na educação brasileira, seja por questões técnicas, administrativas ou investimentos financeiros implementados pelo governo, de modo a perpetuar a garantia do direito à educação, em todas as modalidades e níveis de ensino. No entanto, a educação especial em específico, como já foi visto, enfrentou uma série de dificuldades para se firmar realmente como uma modalidade de ensino, perpassando por um histórico difícil e relativamente recente para ser reconhecido.

Assim, as buscas pela universalização da educação básica fundamentadas a partir da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) e do documento referente a Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre as necessidades educativas especiais (UNESCO, 1994), configuraram-se como marcos históricos iniciais para a mudança do pensamento e da posição educacional que se tinha naquela época a respeito das pessoas com deficiência no Brasil, visto que colocaram em pauta uma série de discussões em meio ao cenário de exclusão escolar e portanto, a reorganização do sistema de ensino.

Dessa forma, tais embates impulsionaram uma perspectiva política brasileira nos anos 1990, para essa reorganização e assim, foram implementadas políticas educacionais em decorrência do

Plano Decenal de Educação para Todos (1993). Nesse sentido, outros dispositivos nacionais repassam essa temática em suas legislações, como é o caso da Lei maior da educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96, que possui um Capítulo específico (Capítulo V) referente à educação especial, reconhecendo esse tipo de educação como um direito de todos. Diante disso, essa modalidade é compreendida neste trabalho como

Uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (Brasil, 2008).

Contudo, a partir de premissas legais, a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas foi impulsionada, gerando adequações nas instituições de ensino, com base na acessibilidade, capacitação de professores, estratégias pedagógicas e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), atendendo às especificidades de cada educando, visando seu desenvolvimento e permanência na educação. Além disso, esse atendimento é caracterizado pela realização de atividades especializadas, de caráter complementar, ou seja, que não são substitutivas à escola, sendo oferecido no turno inverso da escolarização, contando com salas de recursos multifuncionais que auxiliam a autonomia e a aprendizagem dos alunos da educação especial. É nesse sentido, que se destaca o papel do docente, como sendo um dos principais mediadores e precursores da abordagem inclusiva (Furtado, Gomes e Castro, 2022).

Para tanto, é imprescindível evidenciar que o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014), é uma importante legislação que garante o

monitoramento da Meta 4 referente à educação especial no país, abordando estratégias educacionais voltadas à essa modalidade de ensino, além de apresentar dispositivos validando a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas comuns (Furtado, Gomes e Castro, 2022).

Desafios na perspectiva docente

A importância de uma formação docente com bases educacionais inclusivas, vem sendo a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtiem, Tailândia, em 1990. Nesse evento histórico, foi estabelecido o compromisso de proporcionar uma educação inclusiva a todos os indivíduos, independentemente de sua origem étnica, gênero, capacidade ou outros fatores. Visto que a educação inclusiva exige um aperfeiçoamento das práticas pedagógicas em sala de aula, o professor é o protagonista na promoção da inclusão educacional. A postura docente e suas atitudes são essenciais e determinantes para propiciar um ambiente de respeito, aceitação e igualdade, no qual todos os alunos se sintam valorizados, acolhidos e tenham oportunidades iguais de aprendizagem.

De acordo com Perez (2001), a promoção da inclusão no contexto educacional exige que os professores demonstrem competência, possuam uma formação pessoal adequada e habilidades necessárias, além de assumirem a responsabilidade de engajarem-se juntamente com a comunidade escolar e a gestão para efetuarem ajustes pertinentes no currículo. O objetivo dessas alterações é tornar o processo de ensino-aprendizagem efetivo, possibilitando que ele se torne um verdadeiro instrumento de transformação social e promotor dos direitos de todos os alunos.

Apesar das mudanças ocorridas nas últimas décadas na formação de professores, na maioria dos cursos de formação docente tem um foco em demasia em teorias e conteúdos específicos, ou seja, quase

nenhum foco aos estudos e às análises com relação à prática pedagógica do professor em sala de aula. Candau (1996), teceu críticas duras a essa questão

A clássica formação continuada retratava a dicotomia entre a teoria e a prática, através de cursos, que apenas alteravam o discurso do professor. Atualmente esta visão está ficando ultrapassada. (...) o lugar de formação o professor deve ser a própria escola, tem que ter como referência fundamental o saber docente e, principalmente, respeitar as etapas do desenvolvimento profissional, não se pode tratar do mesmo modo o professor em fase inicial o exercício profissional, e aquele que já se encaminha para a aposentadoria, não é possível padronizar. (Candau, 1996, p.35)

A formação do profissional de educação, tanto em sua etapa inicial quanto em sua trajetória de desenvolvimento continuado, tem revelado-se insuficiente no que se refere ao estabelecimento de um modelo eficaz que atenda efetivamente às demandas reais do ambiente escolar. Isto ocorre pelo fato de se esperar que essa formação seja pautada em um currículo abrangente e adequado, que seja capaz de suprir as necessidades da formação profissional do docente. Nesse sentido, de acordo com Siqueira (2016), é imprescindível esclarecer que a capacitação dos professores é afetada por diversos desafios, os quais contribuem, mais uma vez, para a exclusão da pessoa com deficiência no sistema de ensino. Tais dificuldades abrangem a falta de preparo dos docentes do ensino regular para receber e atender esses alunos.

No que tange à formação dos docentes, Mantoan (2009) aborda o tema da seguinte maneira:

A formação continuada desses profissionais é antes de tudo uma auto formação, pois acontece no interior das escolas e a partir do que eles estão buscando para aprimorar suas práticas.

Estudam e trocam experiências de trabalho e vão atualizando seus conhecimentos, dirimindo dúvidas, esclarecendo situações e, cooperativa e coletivamente, delineando teorias próprias para explicar o modo como ensinam e as crianças aprendem (Mantoan, 2009 p.92).

Educadores receberam o apoio de treinamento contínuo. Segundo Bueno; Glat e Godofredo (2000) Este trabalho implica em muitos obstáculos, como a própria formação docente e a falta de materiais disponíveis para a realização do trabalho pedagógico necessário para desenvolver junto da criança com alguma especificidade um aprendizado efetivo.

Destaca-se, que na perspectiva de uma educação inclusiva, podem-se identificar diversos aspectos relevantes, incluindo a distinção de dois tipos de docentes:

[...] professores generalistas do ensino regular que atendem a tudo e a toda uma gama de alunos na parte educacional com o mínimo de conhecimento e prática sobre os mais variados alunos e os professores especialistas nas diferentes necessidades educacionais especiais, seja ele para trabalhar direto com os alunos ou dar apoio ao trabalho realizado por professores de classes regulares que integrem esses alunos (Bueno, 1999 p. 45).

Bueno (1999) também enfatiza que esse clássico desenvolvimento docente sempre trouxe uma metodologia de ensino única, que fosse comum a todos. Então durante muito tempo pensou-se que existia um processo de ensino e aprendizagem àqueles considerados normais e saudáveis e àqueles que tiveram algum um tipo de dificuldade, distúrbio ou incapacidade considerada anormal porque eles se desviaram das normas e foram excluídos do sistema educacional regular.

Ainda segundo Bueno (1999) A ausência de uma base sólida de conhecimento pode impactar negativamente

sua abordagem pedagógica, levando a resultados desfavoráveis entre seus alunos. Desta maneira, quando o professor não está envolvido na instrução dos alunos categorizados como típicos e se depara com as exigências educacionais especiais de seus estudantes, ocorre um abalo em seu equilíbrio emocional e profissional. Isso resulta na desestruturação do processo previamente estabelecido, uma vez que esse aluno não se encaixa no cenário de ensino concebido por ele.

Conforme destacado por Pinheiro, Ramos e Costa (2014), a aprendizagem é inerente à educação e ao desenvolvimento individuais, dependendo do funcionamento do sistema nervoso tanto do educador quanto do aprendiz. Esse processo contínuo de aprendizado é mediado por fatores como memória e atenção, sendo desencadeado quando dados relevantes atingem um limiar de significância.

Uma abordagem mais atual busca integrar conhecimentos biológicos e educacionais, unindo Neurociência e Educação. Essa união auxilia os educadores a compreenderem o processo de ensino-aprendizagem que ocorre no corpo humano. Emerge, portanto, a necessidade de a escola proporcionar momentos de estudo e formação contínua aos professores, capacitando-os a compreender a inclusão, adquirir conhecimentos científicos sobre diferentes abordagens pedagógicas e reavaliar suas práticas educativas.

Portanto, é evidente que é necessário que as instituições escolares promovam a realização de períodos dedicados ao estudo e à formação contínua para os seus docentes. Isso permitirá que esses profissionais adquiram uma compreensão mais profunda do processo de inclusão, busquem embasamento científico acerca das variadas abordagens de ensino e aprendizagem, e efetuem uma revisão das suas metodologias educacionais.

No âmbito da educação inclusiva, é imprescindível que o professor esteja

devidamente preparado para lidar com as discrepâncias, singularidades e diversidades manifestadas por todas as crianças, ao invés de adotar um modelo de pensamento padronizado aplicável a todas elas. Podemos citar:

Cabe a ele, a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural (Prado & Freire, 2001, p.5).

Uma instituição educacional inclusiva pressupõe uma nova postura, espalhada por um projeto político-pedagógico que incorpora uma visão inovadora ao currículo, às metodologias de ensino e à avaliação. Além disso, deve implementar ações que promovam a integração social. É crucial que essa escola capacite os seus professores, se prepare, se organize e se adapte para oferecer educação de alta qualidade a todos os alunos, independentemente das suas necessidades individuais. A experiência singular de cada docente é considerada um recurso valioso para a troca de experiências, com o propósito de aprimorar constantemente as suas práticas pedagógicas.

Compete à instituição escolar: capacitar o profissional da educação para receber todos os estudantes; proporcionar oportunidades pedagógicas para o crescimento do aluno; disponibilizar recursos humanos, físicos e pedagógicos que garantam a permanência do aluno na escola. É a convicção de que não existe uma fórmula definitiva e é incumbência de cada equipe escolar identificar o percurso mais eficaz para o processo de ensino e aprendizagem. Por meio das descobertas acerca da capacidade humana, é possível construir abordagens para superar limitações.

Considerações finais

Diante das perspectivas apresentadas, nota-se que apesar das políticas públicas brasileiras de educação especial, se fundamentarem na busca pela garantia do direito à educação, com as mesmas oportunidades de aprendizagem, através da implementação de programas educacionais ofertados pela política educacional inclusiva, ainda hoje, muitos são os contratempos que dificultam a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional, como é o caso da falta de capacitação e formação continuada dos docentes para o atendimento de alunos com necessidades escolares especiais, no Atendimento Educacional Especializado. Com isso, destacamos a Constituição Federal (Brasil, 1988), que assegurou a educação como direito social é essencial para todos os brasileiros, sendo um dever do Estado e da família atuar para sua garantia, em todas as suas modalidades e níveis de ensino, de acordo com as necessidades de cada educando.

Assim, tendo em vista o histórico de segregação e capacitismo das pessoas com deficiência ao longo das décadas, é preciso cada vez mais relutar para que as práticas inclusivas sejam realmente efetivadas, para a superação da exclusão. Nesse segmento, para que a educação inclusiva seja ofertada, é necessário que os profissionais da educação estejam capacitados, seja através de ações das próprias instituições de ensino, na implementação de cursos para a formação continuada, focando nas práticas pedagógicas voltadas à educação inclusiva, que é uma referência educacional que mantém suas concepções baseadas nos direitos humanos, consolidando igualdade e diferença como valores indissociáveis.

Para Siqueira (2016), a capacitação de professores é afetada por uma série de desafios que envolvem a falta de preparo dos docentes do ensino regular para receber e atender o educandos com necessidades educacionais especiais e a escassez de

incentivo para a formação continuada, bem como das estruturas precárias de algumas instituições de ensino e falta de recursos, que acabam por impedir ainda mais esse atendimento especializado, o que ressalta mais uma vez um contexto histórico o qual as pessoas com deficiência eram fortemente negligenciadas e isentas dos seus direitos sociais, o que faz questionar a efetivação da educação especial no Brasil, considerando que esse é um direito relativamente novo.

Na educação inclusiva, é vital que os professores estejam bem preparados para abordar as variadas necessidades e características das crianças, em vez de aplicar um pensamento padronizado. À escola compete capacitar os educadores, oferecer oportunidades pedagógicas, disponibilizar recursos e assegurar a permanência de todos os alunos. Reconhecendo a ausência de uma fórmula definitiva, cada equipe escolar deve identificar a abordagem mais eficaz para o ensino, baseada nas descobertas sobre a capacidade humana, para superar limitações.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm. Acesso em: 29 de ago. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BUENO, J. G. S. e FERREIRA, J. R.. Políticas Regionais de Educação Especial no Brasil. **Reunião da 26a ANPED**, Caxambu, 2.003. Disponível em <<http://www.anped.org.br/26/outrostextos/tegt15.do>> Acesso em 30 de agosto de 2023.

BUENO, J. G. da S. Crianças com necessidades educativas especiais, políticas públicas e a formação de professores: generalistas ou especialistas? In: **Revista Brasileira da Educação Especial**, v. 3 n. 5. Piracicaba/S.P, UNIMEP, pp.7 – 25,1999.

CANDAU, V. M. F. Formação Continuada de Professores: Tendências Atuais. In: Aline M. M. M. Reali e Maria da Graça N. Mizukami (orgs). **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos, EDUFSCar/FINEP, pp. 139-152, 1.996.

CAPACITISMO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/capacitismo/>. Acesso em: 30 de ago. 2023.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**, v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124965>>.

CORREA, L. A inclusão de pessoas com deficiência na educação. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/A-inclus%C3%A3o-de-pessoas-com-defici%C3%Aancia-na-educ%C3%A7%C3%A3o>>.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à

diferença. **Cadernos de pesquisa**, n. 116, p. 245-262, 2002.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: professores a frente do desafio de inclusão. In: SIQUEIRA, Andrea do Rício Nizer. **Educação Inclusiva: professores a frente do desafio de inclusão**. II. ed. Curitiba, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_hist_ufpr_andreadorocionizersiqueira.pdf. Acesso em: 29 ago.2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FURTADO, Roberval Angelo; GOMES, Vera Lucia; CASTRO, Rita de Fátima da Silva Rosas de. O monitoramento e avaliação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação 2014-2024: contribuições para o debate. **Revista Teias**, v. 23, n. 68, p. 320-336, 2022.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér (Orgs.). **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memmon. Editora SENAC, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memmon. Editora SENAC, 1997.

MARSHALL, T. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAZZOTA, M. S. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE: Produção Didático-pedagógica**, 2016. Curitiba: SEED/PR., 2018. V.2. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_hist_ufpr_andreadorocionizersiqueira.pdf. Acesso em: 30 de ago. 2023.

PEREZ. E.C.M.F. Educação do Homem Integral. In: MANTOAN. M.T.E. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão**. São Paulo: Memmon. Editora SENAC, 2001.

PINHEIRO M., RAMOS, E.C. e COSTA, S.R.D. **Biologia Educacional EDP 039**. Curitiba. 2014

PRADO, M. E. B. B.; FREIRE, F. M. P. A formação em serviço visando a reconstrução da prática educacional. In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A. (Orgs.) **Aprendendo para a Vida: os Computadores na Sala de Aula**. São Paulo: Cortez, 2001.